

política

União deve suspender pagamento da dívida do RS

Iniciativa do governo federal visa ampliar destinação de recursos para reconstrução do Rio Grande do Sul após enchentes

/ CLIMA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

Após uma bateria de reuniões entre autoridades gaúchas e representantes do governo federal, a União vai suspender o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul. A medida visa maior concentração de recursos para resgate de pessoas, desobstrução de vias a fim de ampliar o abastecimento e posterior reconstrução do Estado após as enchentes que já deixam 95 mortos, 131 desaparecidos, 401 municípios atingidos, 48,8 mil pessoas em abrigos, 159 mil desalojados e 1,444 milhão de afetados.

Havia a expectativa de que o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pudesse oficializar, ainda nesta terça-feira, a suspensão do pagamento até o final do ano - o que não se confirmou. O estoque da dívida gaúcha com o governo federal atingiu R\$ 92,878 bilhões ao final de 2023.

Ao ser questionado pelo **Jornal do Comércio**, Leite falou sobre a conversa com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT): “Conversei com o ministro Fernando Haddad por telefone hoje

e tenho confiança nos encaminhamentos que ele dará. É um assunto complexo. Todos os gestos e movimentos que forem feitos em direção ao RS envolvem uma governança federativa e temas que afetam outros estados também. Compreendo que tenha uma complexidade na definição, na tomada de decisão, mas que compreenda-se a urgência. Minha preocupação é que não tomem nenhuma decisão sem estarem afinados conosco.”

O senador gaúcho Paulo Paim (PT), que participou da reunião e é muito próximo da cúpula do governo Lula, tem confiança de que o pleito do RS será atendido. “Acredito que sim (que realmente haverá a suspensão), essa é a vontade do presidente, num entendimento já feito com o Haddad. Percebi que o governador do Estado também está nessa toada. É uma proposta que defendo. Essa negociação deve avançar”, afirmou Paim à reportagem.

Leite argumenta que os compromissos crescentes com o pagamento da dívida previstos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) comprometerão em cerca de R\$ 3 bilhões em 2024 e R\$ 4,1 bilhões em 2025. Também alerta para a

relação dívida consolidada líquida com receita corrente líquida, que está em 185,4%.

O governo estadual busca a interrupção do fluxo de pagamentos, mas sem que essa suspensão signifique diferimento e postergação. Solicita-se que os valores suspensos sejam considerados quitados. Essas medidas requerem aprovação de uma Lei Complementar no Congresso Nacional.

A suspensão do pagamento mensal e dos encargos financeiros da dívida faz parte de um pacote de demandas do governo Eduardo Leite à presidência da República.

O Palácio Piratini também busca alteração no Regime Especial de Precatórios. O Estado tem estoque de precatórios para serem pagos até 31 de dezembro de 2029 de R\$ 16,9 bilhões. Projeta-se que serão necessários pagamentos médios anuais de cerca de R\$ 2,6 bilhões até esta data. A demanda é a prorrogação do prazo para 2034, o que enseja a promulgação de emenda constitucional.

O governador também solicita a criação do Fundo Constitucional do Sul (FNS) com a alocação de 1% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e pro-



Eduardo Leite fez pedido em reunião com o Ministério da Fazenda

ventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. Seria nos moldes do fundo constitucional que já existe para estados do Norte e do Nordeste. Medida também exige Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Pede também a suspensão da aplicação dos limites fiscais previstos no Plano Municipal de Contingenciamento de Gastos do Poder Executivo, a flexibilização de regras do teto de gastos, dos limites para contratação de pessoal, das vedações do RRF, conclusão da análise do pedido de revisão do Plano de Recuperação Fiscal e

envio do projeto Juros por Educação - programa do governo federal que oferece, como contrapartida a investimentos estaduais no ensino médio técnico entre 2025 e 2030, uma redução nos juros das dívidas aplicados aos contratos de refinanciamento de dívidas do estado junto à União.

Solicita ainda, no eixo técnico, a criação de órgão especializado e dedicado às ações necessárias no enfrentamento da emergência climática e reconstrução e a contratação de quadros técnicos para elaborar e implementar os planos de ações necessárias.

Governo gaúcho libera R\$ 200 milhões para ações

Em coletiva realizada na noite desta terça-feira no Palácio Piratini, o governador Eduardo Leite (PSDB) anunciou a aplicação de R\$ 200 milhões em recursos próprios do Tesouro do Estado para ações em resposta à calamidade que o Rio Grande do Sul vive com as enchentes.

“Vamos fazer a transferência numa primeira leva ao municípios fundo a fundo, como aprendizado com o episódio do Vale do Taquari do ano passado. Não dá pra ficar exigindo plano de trabalho, projetos, burocracia, tem que botar o recurso na ponta logo para que os municípios tenham capacidade de resposta”, declarou o tucano.

Essa é a primeira movimentação robusta de recursos próprios do Estado para o enfrentamento à cheia. Do total do montante, R\$ 70 milhões serão enviados ao Fundo da Defesa Civil para ações emergenciais; R\$ 50 milhões ao programa Volta por Cima beneficiando 20 mil famílias de baixa renda; R\$ 10 milhões para a área da saúde, direcionados a hospitais atingidos

com necessidade emergenciais; R\$ 40 milhões para recuperação e desobstrução de estradas; e R\$ 30 milhões para o programa Aluguel Social, beneficiando 75 mil famílias.

O governador também falou sobre segurança pública, ao lado do secretário da área Sandro Caron. Foi solicitado, no total, o envio de 400 agentes da Força Nacional junto ao governo federal, além de 120 viaturas. Leite também está dialogando com governadores dos demais estados, principalmente os que compõem o Consórcio de Integração Sul-Sudeste (Cosud).

“Eles têm proximidade geográfica para mais rapidamente colocarem seus efetivos aqui. Pedi a eles que se antecipassem inclusive à mobilização da Força Nacional e já comessem a organizar equipes e efetivos para virem ao RS. Esperamos receber os primeiros homens amanhã (quarta-feira, 8). Também determinei a abertura de edital e chamamento urgente, está sendo publicado hoje, do programa Mais Efetivo, que permite contratação temporária de poli-

ciais que estão na reserva”, disse o governador.

Leite demonstrou estar ciente dos saques e assaltos que ocorrem aos voluntários que têm resgatado pessoas em pequenas embarcações. “Quero assegurar que o governo do Estado vai colocar força total. Vamos prender e dar consequências para todos aqueles que usam o momento dramático como esse para aplicar golpes e praticar crimes num momento de vulnerabilidade. Não vamos baixar a guarda”, disse.

Pelotense da Metade Sul, que deve ser o destino das águas elevadas que descem do Guaíba para a Lagoa dos Patos, também alertou para os prognósticos dos próximos dias. “Fiz reunião com os prefeitos da Zona Sul e expedimos alertas para dar noção de urgência e de criticidade nesse momento. Precisamos tirar as pessoas das áreas de risco e dar alerta da proporção do que pode acontecer na Região Sul, que já está sofrendo as consequências. Isso tende a se agravar nas próximas horas”, disse Leite.

Secretário de Desenvolvimento Social de Porto Alegre pede exoneração



/ GESTÃO PÚBLICA

A prefeitura de Porto Alegre informou por nota oficial que Léo Voigt (foto) pediu exoneração nesta terça-feira do cargo de se-

cretário municipal de Desenvolvimento Social. O ato deve ser publicado no Diário Oficial desta quarta-feira. A pasta será assumida interinamente pelo adjunto Jorge Brasil.